



O Marcha e a violência nas ditaduras do Brasil e Uruguai (1968-1974)¹

NASCIMENTO, Mirian A. (Mestranda em História)²
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Resumo: Esse estudo tem como objetivo analisar as notícias que denunciaram as violências praticadas contra mulheres envolvidas com movimentos sociais e presas políticas, perpetradas pelos órgãos de repressão dos dois países, publicadas no periódico *Marcha*, meio de comunicação uruguaio, entre os anos 1968 e 1974. Época que abrange parte do período de exceção uruguaio, desde a institucionalização das Medidas Prontas de Seguridad até o fechamento do jornal, e que, também, compreende o tempo em que a ditadura no Brasil foi extremamente sangrenta. A partir dos estudos de gênero, sob uma perspectiva feminista, levantamos as notícias no intuito de observar se os/as indivíduos que escreveram as notícias se utilizaram das construções de gênero presentes na sociedade daquele período para sensibilizar os/as leitores/as frente às sevícias, cometidas pelo governo militar contra seus opositores. De modo geral, as construções de gênero aparecem quando se fala de mulheres que tem filhos, de estudantes e professores, como pessoas passivas, portanto, vítimas inocentes. Incapazes de um comportamento mais radical na luta contra os governos ditatoriais.

Palavras-chave: Violências; Ditaduras; *Marcha*; Gênero

Nessa pesquisa analiso algumas notícias, veiculadas no *Marcha* entre os anos de 1968 e 1974 - período em que a repressão tomou conta do Uruguai, a partir da aplicação das Medidas Prontas de Seguridad, mesmo antes de acontecer o golpe civil-militar, efetivado em 27 de junho de 1973 -, até o período em que o jornal foi fechado. E que, concomitantemente, é o período mais sangrento da ditadura civil-militar brasileira, fato que possibilitou a escrita desta pesquisa. Posso afirmar que esse periódico transformou-se em um defensor ferrenho dos direitos humanos no seio da população uruguaia ao denunciar, a cada número publicado, as violências perpetradas pelo poder público contra o povo. *Marcha* criticou as mazelas em que viviam as pessoas das periferias das cidades, as mortes em decorrência da fome, os baixos salários, as más condições de saúde, a perseguição aos professores e estudantes, a intervenção e

¹ Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa, integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014. Este texto é parte integrante da minha dissertação de mestrado.

² Possui graduação em História (UFSC, 2010). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (UFSC, 2013). Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estuda a imprensa alternativa, durante as ditaduras civil-militares no Brasil e Uruguai (1964-1985), sob a perspectiva dos estudos de gênero; da História Comparada e da História Oral. E-mail: miroca11@hotmail.com.



fechamento de instituições de ensino, os preços altos e a inflação altíssima entre muitos outros problemas que afligiram a população naquele longo período de repressão.

O jornal uruguaio *Marcha*, publicado entre os anos de 1939 e 1974, fundado e dirigido durante toda sua duração pelo jornalista e político Carlos Quijano, foi um dos mais importantes do país por ser uma alternativa aos jornais ligados à oficialidade.

O periódico *Marcha* teve longo alcance em relação aos seus leitores, pois circulou em vários países do continente americano e também da Europa, em virtude dos exílios forçados ou espontâneos, ocorridos em número significativo naqueles tempos difíceis. Sobre a cultura política do periódico C. GILMAN afirma que

El semanario *Marcha* supone la fundación y el sostenimiento de una verdadera empresa político-cultural, destinada a la información y a la formación de un público en el marco de un amplio proyecto ideológico cuyos tópicos fundamentales serán persistentes a lo largo de su existencia, aunque las coyunturas históricas contribuirán a moldearlos. Los principales, desde un punto de vista político son: el antifascismo, el nacionalismo en su versión antiimperialista, el latinoamericanismo y el tercerismo, dentro del marco de la defensa legalista del orden democrático (1995).

Sobre o *Marcha*, ainda é necessário lembrar que durante a formação do Frente Amplio, em 1970, vários de seus colunistas participaram da fundação, incluindo Carlos Quijano, informação importante para entender que as várias posições políticas defendidas pelo jornal eram coincidentes com as do *Frente Amplio*, uma coalizão de esquerda que fez oposição ao governo ditatorial (SITE FRENTE AMPLIO, 2012).

O semanário *Marcha*, era impresso, frequentemente, em vinte e quatro páginas, no entanto, em datas marcantes ou comemorativas, ele podia conter suplementos especiais que faziam com que saltassem os números de páginas para mais de quarenta, podendo atingir até mais de sessenta páginas. No período da pesquisa, continha várias colunas, que davam conta dos assuntos mais importantes da época. Não se pode esquecer de “Las cartas de los lectores”, que se localizavam nas primeiras páginas e era o espaço em que se falava dos assuntos mais diversos, era ali que apareciam algumas críticas e opiniões divergentes das do jornal e seus colaboradores. Geralmente elas eram respondidas na mesma oportunidade. Missivistas podiam discutir entre si, por semanas, acerca de assuntos polêmicos. Foi através desta seção que o Comité de Familiares de Detenidos Políticos anunciou sua criação e indicou o seu objetivo específico: “[...] de



velar por las necesidades de nuestros familiares en prisión y de lograr un tratamiento igualitario con respecto al resto de los reclusos” (1969, p. 3).

As mulheres tiveram espaço no *Marcha*. Em significativo número do periódico foi possível encontrar matérias que contemplaram fragmentos de vidas e obras de escritoras e cantoras conhecidas do público, como Sara de Ibáñez e Violeta Parra (AHARONIÁN, 1971, p. 27; IBANEZ, 1973, p. 30), entre outras. Algumas mulheres escreveram para o jornal: Maria Ester Gilio e Marta Traba, são exemplos. Uma das mulheres de destaque no Uruguai, cujas ideias foram publicadas no periódico, foi a senadora, advogada e poeta Alba Roballo. Militante do Partido Colorado, abandonou-o a partir de 68, e juntou-se ao Frente Amplio, uma coalizão de esquerda que fez oposição ao governo ditatorial (FRENTE AMPLIO, 2013).³

A partir do dia 13 de junho de 1968, com o decreto do governo, que instituiu as *Medidas Prontas de Seguridad* (PADRÓS, 2011, p. 6-8), houve censura nos jornais como pude ver no *Marcha* (1968, capa). E a partir de abril de 1972 não mais puderam escrever matérias sobre violência contra pessoas presas e torturadas pela repressão. Mas publicaram cartas de leitores que denunciavam as sevícias, geralmente assinadas com codinome ou até mesmo como anônimo; colocaram transcrições de discursos de senadores e deputados (1972, p. 6), uma vez que até próximo ao golpe, os representantes do legislativo gozaram da imunidade parlamentar, embora já houvesse iniciativas por parte do executivo de incriminar legisladores que faziam oposição ao regime, como a acusação contra o senador Enrique Erro, de ser o chefe civil dos Tupamaros (1973b, p. 9).

E, durante a fase que o jornal sofreu censura, para que o leitor pudesse inferir sobre o que sucedia em seu país, foram noticiadas as violências que estavam acontecendo nas ditaduras vizinhas, incluindo o Brasil, cujas denúncias serão analisadas aqui. A partir dessas informações acerca do *Marcha*, informo que o objetivo deste estudo é levantar as construções de gênero presentes nas notícias ali publicadas, que perpassavam a sociedade uruguaia e reforçavam estereótipos que acabavam por privilegiar determinados grupos de pessoas em detrimento de outros, ou ainda, que

³ Foi a primeira mulher Ministra de Cultura na América Latina, no governo de Pacheco Areco.



delineavam papéis e funções distintas para homens e mulheres, negando-lhes a igualdade. É importante esclarecer que este trabalho não busca desmerecer as lutas de oposição de resistência, nem diminuir o papel importantíssimo que os órgãos de imprensa cumpriram no combate ao Terrorismo de Estado e nem negar qualquer violência pelas quais passaram todos os indivíduos envolvidos direta ou indiretamente nas lutas contra as arbitrariedades dos governos dos países estudados.

Apesar de, naquele período, grande parte do planeta estar passando por transformações culturais e muitas mulheres, nos países estudados neste trabalho, acessarem as universidades e o mercado de trabalho, predominava nessas sociedades a mentalidade de que as mulheres diferiam muito dos homens nos sentimentos, papéis, funções, o que chamamos de construções de gênero: um determinismo cultural baseado no sexo biológico, que colocava as mulheres em oposição aos homens, e que muitas vezes, impediu que as mulheres transitassem por caminhos trilhados pelos homens, como certas profissões, lugares e posições sociais. Assim, muitas delas tiveram dificuldade em ascender no interior das organizações de oposição aos governos ditatoriais. Nas quais, as principais lideranças foram os homens.

Se transitar entre os homens que queriam mudar o mundo foi difícil para essas mulheres, muito mais violenta foi a reação dos agentes da repressão contra essas mulheres vistas como transgressoras. Sobre o Uruguai, Mariana Risso Fernández fala que

[...] las mujeres militantes, en su mayoría jóvenes, integradas en creciente número a la actividad política en la década del 60, fueron especialmente criminalizadas en los setenta y ochenta. Esas mujeres que supeditaron los roles femeninos tradicionales, como la maternidad y los quehaceres domésticos, a la actividad política reivindicativa fueron doblemente culpabilizadas (BAICA, 2012, p. 41).

Para analisar tais atribuições de papéis dispensadas às mulheres e homens lançarei mão das reflexões trazidas pelos estudos de gênero sob um viés feminista (PEDRO, 2005, p. 82), “na compreensão do gênero como uma construção social, cultural e histórica, sempre relacional, e que define hierarquias e estratégias de poder, territórios e comportamentos para homens e mulheres”, segundo Cristina Scheibe Wolff. Pois, as atribuições de papéis e funções específicas às mulheres e homens



estavam enraizadas no interior das organizações de esquerda e balizaram decisões acerca de ações de militantes. O gênero, enquanto construção se dá através da elaboração discursiva que se transforma em “práticas sociais, nas quais saber e poder se entrecruzam, configurando categorias sociais ao serem emitidas por instituições ou especialistas e também subjetividades, ao serem apropriados e emitidos pelos sujeitos”, segundo a mesma autora (2007, p. 21).

Ella Shohat afirma que os discursos “são percebidos, consumidos e tem impacto material, político e cultural na vida das pessoas”. Para esta autora, nada escapa da mediação das representações, mas as representações, igualmente, “têm um impacto no mundo, em nossas identidades projetadas, em nossas identificações sociais e filiações culturais” (COSTA, 2001, p. 156). Os discursos dos jornais, uma vez lidos pelos leitores, poderiam fazer com que se posicionassem ao lado dos que lutavam contra as ditaduras, aderindo às organizações ou mesmo encontrando formas de denunciar aos organismos internacionais o que se passava nos órgãos de repressão, por exemplo.

Segundo Tânia De Luca, os “jornais [...] não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (2005, p. 139). É pertinente apontar, também, o que Eni Orlandi nos mostra: “se pensamos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, temos de pensar a linguagem de uma maneira muito particular: aquela que implica considerá-la necessariamente em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos” (1994, p.53). E complementa que a história está imbricada neste processo, uma vez que ela dá ferramentas para que os signos sejam compartilhados com significados semelhantes entre quem emite informação e quem recebe. A autora aponta, ainda, que “o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (2009, p. 15), porque a linguagem faz a mediação entre o ser humano e seu entorno social. Logo, é através dos discursos que o indivíduo expõe suas realidades, que por sua vez são resultado das experiências vivenciadas por ele durante sua trajetória de vida.

Nos anos fartos de incertezas e medos que antecederam o golpe civil-militar, os responsáveis pelo Marcha se esforçaram por denunciar as arbitrariedades dos governos



e seus *tentáculos* repressivos. Ao analisar o jornal observei que grande parte de suas edições trouxeram informações sobre as violências que haviam se tornado corriqueiras naquele país. Prisões ilegais, torturas, assassinatos no meio da rua, em universidades, maus tratos nas prisões, sequestros, repressão às manifestações populares. Existiam, ainda, as violências do cotidiano, perpetradas por governos que mal administravam o país: a fome, a escassez de alimentos, a saúde precária, a inflação, problemas que acentuaram ainda mais a precarização dos menos favorecidos.

Durante todo o período em que foi analisado o *Marcha*, mesmo tendo a circulação legalizada, serviu de porta-voz da resistência e oposição ao governo ao publicar anúncios e com frequência patrocinar debates entre professores e líderes políticos, com análises da conjuntura e dos fatos políticos, muitas vezes violentos, que ocorriam com grande frequência. Quando estes foram sequestrados e presos, o periódico realizou campanhas de denúncia bem frequentes, até que se localizasse o paradeiro deles ou até que fossem libertos. A tradição uruguaia de valorização da educação apareceu nas denúncias de violências que envolveram professores, nestes casos estes geralmente eram bem vistos, o que implicaria numa relação de poder desigual, ainda que imagéticas, em relação às pessoas que tinham profissões com menos prestígio. Em uma nota assinada por: “Liceo 1(?), professores de la GPM”, intitulada “Libertad para Beatriz Cardozo”, vemos que o jornal destacou-a colocando um traço ao redor de toda extensão, formando um retângulo. O texto não destoava de outras denúncias escritas por colunistas fixos do jornal. A nota diz:

La profesora Beatriz Cardozo fue detenida en su casa el sábado 3 de setiembre a raíz de un procedimiento policial. El órgano represivo del “pachecato” tuvo a la compañera en la jefatura durante tres días incomunicada. Sólo al cabo de los mismos fue sometida a la jurisdicción militar, la que decretó su libertad por comprobarse su total desvinculación con los cargos imputados. Sin embargo, el Poder Ejecutivo sumó a la flagrante inconstitucionalidad y a la aberración jurídica de someter un civil a la jurisdicción militar, la internación bajo el régimen de Medidas Prontas de Seguridad en la Escuela “Carlos Nery” (1971b, p. 5).

Há que se fazer algumas considerações em relação à escrita deste texto além das já feitas acima. Primeiro, apesar de todas as irregularidades cometidas pelas autoridades policiais e todas as inconstitucionalidades do evento, o país estava em um estado de



exceção que tolerava tais abusos. E por mais que pessoas engajadas contra o governo tivessem excelentes razões para fazê-lo, os órgãos repressivos estavam executando as ordens que o Executivo havia dado. Era a manutenção do Terror de Estado. Em segundo lugar, apesar de o texto conter: “comprobarse su total desvinculación con los cargos imputados”, sabemos que vários professores se envolveram nas lutas de oposição e resistência ao governo. Logo, ser professor/a não era sinônimo de isenção a esse respeito. É claro que em uma carta para ser publicada em um jornal não se colocaria que a professora tinha algum envolvimento, seria como assinar um testemunho contra ela. E o objetivo da denúncia era justamente o contrário, pedir por sua liberdade.

Em 30 de agosto de 1969, o jornal publicou fragmentos de um discurso do senador Micheli bem como as interrupções para falas de outras pessoas.⁴ Assim o político Bonavita fala sobre as prisões arbitrárias de mulheres:

Hay en las cárceles – en esa cárcel Carlos Nery, [...] un centro de martírio de mujeres – madres dignísimas, esposas dignísimas, profesoras, maestras, obreras, mujeres de este país nuestras hermanas, que no han cometido ningún delito infamante, que no son unas marginadas. Vuelvo a decir: son madres arrancadas del seno de sus familias y que permanecen presas desde hace días y días, semanas y semanas; madres de niños de corta edad, a las que se tienen encarceladas, sometiendo a las familias a la tortura de no saber cómo explicarles a los hijos dónde están sus madres (MARCHA, 1969b, p. 9).

Neste trecho do discurso podemos fazer algumas observações. Ainda que este texto não tenha sido escrito por colaboradores do Marcha, ele foi editado por pessoa(s) que escrevia(m) para o jornal. A utilização do adjetivo “dignísima” atribuído às mães e às esposas está em oposição às “mulheres marginadas”. Logo, vemos que esta fala classificou as mulheres entre dignas e marginais. Entretanto, seria legítimo martirizar as

⁴ Antes da fala do senador Bonavita há um intertítulo na matéria que dizia: “ódio a las mujeres”, provavelmente colocado por um redator do jornal, que traduzia o repúdio dos repressores à participação das mulheres nas lutas de oposição e resistência à ditadura enquanto abandonaram o lugar reservado à elas na sociedade, o espaço privado. É certo que é importante conhecer melhor o autor da fala como sua idade, posição econômica, escolaridade. Realizei várias pesquisas, no entanto, muito pouco soube acerca de Bonavita. Descobri que foi colega de Carlos Quijano no El País, no início das carreiras de jornalista de ambos e nasceu em 1903. Então, na época relatada devia ter mais de 65 anos. Mas o mais importante é que o jornal reproduziu as falas sem fazer nenhuma crítica, embora fizesse algumas críticas as diferenciações que se fazia entre salários de homens (maior) e de mulheres (menor) na mesma função e outras questões que por de falta de espaço não abordarei. Neste caso a idade avançada pode contar como autoridade, uma questão geracional. Sobre a idade de Bonavita, ver: Site do Sistema de Bibliotecas de Universidad ORT Uruguay. **Detalles de la obra.** Disponível em: <<http://bibliotecas.ort.edu.uy/bibid/69096>> acesso em: 08/07/2013.



que estivessem às margens da sociedade? Estar à margem já não seria martírio suficiente? Quem seriam essas marginadas? Seriam homicidas? Ladrãs? Prostitutas? O que faria das mulheres, citadas no discurso, digníssimas? O fato de serem mães? Serem esposas? Estarem no interior de famílias baseadas no ideal burguês? E ainda, a meu ver, nesta fala há a oposição entre as mulheres controladas pelos homens – dentro das famílias - e outras que talvez não estivessem sob este controle: ou não cumpriam o papel de esposa ou o de mãe. Por que o espanto aqui é exatamente este. Como prenderam tais mulheres digníssimas? A que ponto o Estado chegou? “Madres arrancadas del seno de sus familias”... Certamente havia um diálogo cúmplice com a sociedade a respeito de tais valores.

A maternidade também foi ressaltada no discurso citado acima. E na continuação: “[...] esas mujeres, muchas de ellas madres y otras en estado de gravidez – son pasibles de sanciones mucho más graves [...]”. É importante lembrar que a maternidade, para os ideais patriarcais, é o destino natural da mulher no “seio” da família e falar na maternidade prejudicada poderia causar revolta nos leitores contra o governo repressor. E a seguir o discurso traz:

[...] cuatro, ocho días arrancadas del seno de sus familias, martirizadas, sometidas sus familias a esa angustia tremenda de no saber cómo explicarle a un niño o a una niña de corta edad donde están sus madres. Porque yo me imagino lo tremendo que debe ser para un padre tener que decir a la hija o al hijo pequeño que la madre está presa, a pesar de que no ha cometido delito alguno, y mucho menos un delito infamante (Idem).

Nesta parte do discurso a preocupação era com a família e com o marido dessas mulheres. Como a ausência delas seria maléfica para os que ficaram para trás. Seria a estratégia mais eficaz para gerar alguma reação da sociedade contra o Estado repressor. Todavia, a última parte volta a tocar na questão do “não merecimento” da prisão e como isso dificultava contar aos filhos. Se essas mulheres fossem “criminosas” seria mais fácil explicar para os filhos pequenos que a mãe estava presa? Mas os estereótipos não param por aí. Logo em seguida:

Por supuesto que yo participo de la indignación que en todo hombre bien nacido tiene que provocar el atentado contra la libertad de los individuos,



[...] pero pensaba que estos ciudadanos presos, que a estos hombres presos por lo menos todavía les queda el recurso de soñar que acaso algún día se presentará la oportunidad de un ajuste de cuentas. Pero a las mujeres no; ni esta oportunidad tiene; se les deja solas con su angustia, y esto no es un día, sino días y días, semanas y semanas (Idem).

Para encerrar a análise desse discurso este fragmento se mostrou bem oportuno. O autor da fala afirma que participa “de la indignación que en todo hombre bien nacido tiene”, o que ele queria dizer com ser bem nascido? Essa expressão pode aglutinar muitas possibilidades. Seria bem nascido alguém cuja família tem boas condições financeiras e por isso possibilita aos filhos boa educação escolar? Ou seria alguém cuja família transmite aos filhos princípios éticos, ainda que não seja abonada? Talvez vários dos políticos que aprovaram as políticas repressoras do governo, contra as liberdades dos que o criticavam, estavam inclusos na primeira possibilidade. Todavia a parte mais significativa foi a última em que o senador afirmou pensar que pelo menos aos homens presos restava-lhes a possibilidade do “ajuste de contas” contra os que os perpetraram injustiças. Entretanto, às mulheres só restava o sofrimento e este poderia durar muito tempo. Numa alusão de que as mulheres são frágeis, não dadas às lutas, às resistências. Ideia que contrariava as razões pelas quais supostamente elas estariam presas.

O Brasil, possivelmente por seu tamanho e sua posição geográfica de proximidade em relação ao Uruguai, esteve presente em muitas edições do *Marcha*. Em 18 de setembro de 1970, o *Marcha*, através de seu colunista Paulo Schilling, jornalista brasileiro em exílio no Uruguai, trouxe uma matéria de quase uma página sob o título “Julião, el voto universal y las torturas”. O jornalista criticou Francisco Julião,⁵ advogado que foi atrelado às Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, ao afirmar que ele, no último pronunciamento publicado por este jornal, alguns números antes, mostrou-se “electoralista y avanza por caminos de la conciliación”, Schilling acrescentou, ainda, que Julião possuía desonestidade ideológica. A censura ao advogado terminou aí. Quando comecei a ler a reportagem me perguntei sobre a relação da presença de Julião com o documento transcrito logo abaixo. A resposta veio em seguida. O jornalista mostrou o “comportamento” conciliador de um ex-líder popular, que estava na contramão dos movimentos de oposição, enquanto tantos outros estavam

⁵ Sobre a biografia de Francisco Julião ver no SITE FGV/CPDOC.

presos, em uma demonstração de sacrifício. Lutavam de dentro dos presídios, ao resistir e denunciar as atrocidades que estavam sofrendo. O documento, segundo o autor da matéria, foi escrito por militantes da VAR-Palmares, por “[...] las victimas de um verdadeiro ‘festival de torturas’”.

Sobre a tortura praticada pela “[...] dirección del Departamento de Ordem Político y Social (DOPS) de Porto Alegre” o testemunho relata:

Los choques eléctricos en corriente continua hasta doscientos ochenta vatios se volvió un medio generalizado en la aplicación a cualquier persona detenida. Buscando las partes más sensibles del cuerpo (pies, manos, oídos, boca, órganos genitales), conforme consideran conveniente, también se puede prolongar horas y horas seguidas, en una secuencia de sesiones, por días. A todo le pusieron denominaciones: la sala se llama “fosa”, la máquina de choques la “Maricota”, [...] especificando los choques en los órganos genitales como sesión de muerte de los espermatozoides en su nacimiento”.

El uso de drogas para perturbar la consciencia también se efectuó en los compañeros Franki, Gustavo y Eliane. Mantuvieron a Eliane en interrogatorio durante 48 horas consecutivas, usando las más variadas formas de violencia y terror.

[...] luego de golpeada la víctima es arrojada contra la pared para herir los órganos genitales (SCHILLING, 1970, p. 22).

No extenso documento haviam intertítulos que juntos formavam uma frase: “la ditadura encarcela... tortura... y mata”, colocados pelo jornalista, para que fossem destacados os assuntos trazidos ali e assim chamasse a atenção do leitor. Sobre as torturas é interessante ressaltar alguns pontos do discurso.

Em primeiro lugar, é possível notar que há diferenciações entre as descrições das violências sofridas pelos homens e pelas mulheres. As torturas sofridas pelos homens foram mais detalhadas: “especificando los choques en los órganos genitales como sesión de muerte de los espermatozoides en su nacimiento”. Enquanto que sobre a mulher falaram que os torturadores usaram: “las más variadas formas de violencia y terror”. Fato comum na maioria das denúncias que envolveram violência contra mulheres: apenas generalizações. Temos algumas possibilidades de motivações para tais comportamentos: a carta ter sido escrita por homens, que tenham sofrido os choques nas genitálias, e que tenha ouvido relatos generalizados sobre as violências contra mulheres. Outra: que as mulheres não tenham revelado as violações pelas quais passaram e, assim como os homens, sofreram violências que perpassaram suas genitálias, sem a violação

sexual com conjunção carnal, mas que não eram consideradas violências sexuais na época. No entanto, segundo Rafael Sansaviero, “en realidad ninguna tortura puede no ser sexual, en la medida que la sexualidad y el orden de géneros son constitutivos de la identidad de quienes padecen los suplicios” (2012, p. 56). E a socióloga argentina Elizabeth Jelin, afirma que:

En realidad, toda tortura involucra una violación al cuerpo sexuado de la persona. La desnudez desvergonzada, las prácticas de tortura sobre aquellas partes del cuerpo donde la sensibilidad es mayor – especialmente órganos sexuales y zonas erógenas – ya son en sí mismas actos de violación sexual. La cuestión es que en muchas ocasiones, se traspasó otro límite a través del abuso sexual genital. Y esto parece agregar algo que puede ser considerado cualitativamente diferente (2010).

E ainda, que se tivesse a intenção de poupar os que passaram por tais sevícias, uma vez que a sexualidade era, e ainda é, cercada de tabus, e evitar mais sofrimento. Em segundo lugar, o último trecho me deixou em dúvida quanto ao objetivo de ter sido colocado. Como se pode ferir as genitálias de alguém o jogando contra a parede? Seria uma alusão a violência sexual com penetração de algum objeto ou pênis, prensando a vítima contra a parede? Não tem como precisar. Embora alguns trechos da carta apresentados a seguir, deem pistas quanto à presença da violação sexual como modalidade de tortura.

Mais adiante, na mesma carta: “No faltarón las amenazas de estupro y de violación a compañeros de uno u outro sexo”. E ainda: “Al compañero Franki o suspendieron por los órganos genitales de una cuerda de nilón, por lo que tuvo que ser sometido a intervención quirúrgica”. Essa modalidade de tortura também foi citada por Jean Marc Von Der Weid, em 1971, por ocasião da entrevista concedida ao *Marcha*. Na ocasião ele disse:

Otra forma frecuente de tortura física es atar los órganos genitales del prisionero. [...] Cuelgan al prisionero em uma posición limite de equilibrio, de modo que sólo haciendo um gran esfuerzo consigue evitar que la soga le hale los órganos. Con el tiempo el prisionero pierde las fuerzas: es una forma de que él mismo se torture (BERMEJO, 1971, p. 16-17).

Sobre a notícia anterior, em relação aos relatos de violência sexual, parece-me que foram sendo aprofundadas as denúncias. Preparando os leitores para o que se pensava

ser pior? Falou-se em choques nas genitálias, coisa comum a muitos presos, depois, sobre Eliane se fez generalizações. Logo após se fala em jogar o preso contra a parede para ferir as genitálias. Em seguida, as ameaças de violação contra homens e mulheres e por último a explicitação da tortura, com detalhes.

Ainda sobre o Brasil, destaco as denúncias de violências sexuais relatadas pelo estudante Jean Marc, na entrevista concedida ao *Marcha*. Além do amarrar com corda os órgãos genitais masculinos conforme mostrei acima, Jean Marc falou que os torturadores também estavam aplicando injeções de éter nos pênis dos torturados, prática que causava uma dor terrível (Idem). Quando foi perguntado se as mulheres recebiam as mesmas sevícias que os homens ele afirmou que sim, mas que elas sofriam ainda mais: “el agregado de sevicias, violaciones, todo lo imaginable. Es muy común hoy día que esto se haga también con religiosas, con monjas” (Idem). Essas denúncias comprovam que havia certo pudor em denunciar algumas violências sexuais, mesmo quando se tratava das torturas.

Outro documento publicado, em partes, por *Marcha* e que serviu para denunciar as violências sexuais aplicadas pelos agentes do Estado Uruguaio foi a nota enviada por advogados dos Tupamaros al comitê Internacional de Juristas. Sob o título de “Defensa de los derechos Humanos”, em um dos itens apresentados na publicação. No número um, chamado de “Apremios físicos”, lê-se: “Golpes (puñetazos o puntapiés) en las zonas más sensibles del cuerpo. Quemaduras con cigarrillos, corriente eléctrica (“picana”) en órganos genitales y otras partes del cuerpo [...]” (Idem), torturas mencionadas em outras notícias, que de forma semelhante, não deixou claro se se tratava de presos homens ou mulheres, todavia sabemos através de outras fontes que foi comum a ambos. O número dois e a primeira parte do terceiro já foram analisados no capítulo dois uma vez que tratava das torturas mais gerais. A segunda parte do número três, “Apremios Morales” citou outras formas de tortura: “[...] despojo de toda vestimenta, incluso a jóvenes mujeres; ultrajes y vejaciones de diversa índole; [...]” (Idem) além do desnudamento, que já tratamos anteriormente. Nesta citação encontramos os termos “ultrajes” e “vejaciones”, que certamente indicam violências sexuais: as conjunções carnavais e outras várias formas de manuseio das genitálias, ânus e seios. Pois embora não estivesse especificado inferimos isso devido à consideração que

se tinha de que as violências sexuais eram consideradas violências contra a moral bem como a presença desses termos em outras notícias analisadas que mostravam serem sevícias sexuais. Vimos aí que houve a intenção de não explicitar as violências sexuais contra as mulheres, fato que podemos observar sob alguns prismas: ter o objetivo de protegê-las da revitimização, evitar a estigmatização delas e de seus familiares, poupar seus companheiros de conviver - sob a moral vigente da época - com a incapacidade de proteger suas esposas, suas famílias e evitar o sentimento de derrota dos que lutavam contra o governo e evitar que as mulheres se desencorajassem a lutar contra as ditaduras.

Então, neste trabalho vimos que, apesar de o jornal ter um perfil progressista, as construções de gênero estiveram presentes, especialmente porque, em virtude da censura imposta pelo governo, foram transcritos fragmentos de discursos de políticos que nem sempre compartilhavam de todo o ideário progressista do jornal. Encontramos tanto nas cartas de leitores, como no caso da professora, que a nota indica não ter envolvimento nenhum com a subversão, quanto no discurso do político que, repleto de estereótipos, classificaram as mulheres em dignas ou marginais.

O periódico criticou, no caso do Uruguai, as prisões arbitrárias. Através de discursos de políticos mostrou o transtorno e sofrimentos pelos quais passava a família dessas mulheres, especialmente o esposo que teria que contar aos filhos que sua mãe estava presa, e para arrematar o discurso, afirmou que depois de toda a violência vivida pelos presos políticos, aos homens ainda restaria a vingança, às mulheres o sofrimento em silêncio, numa alusão à fragilidade e conformismo das mulheres que contrariava as motivações pelas quais foram presas.

Acerca das violências sexuais, as notícias sobre o Uruguai foram mais veladas. Utilizou-se termos como “ultrajes” e “vejaciones”, que permitem inferir que houveram as violações, bem como se mencionou os choques nas partes mais sensíveis do corpo ou genitália. Já em relação ao Brasil, as matérias e entrevistas foram mais explícitas, embora tenha se falado pouco a respeito de tais formas de tortura. No geral, pouco se falou de violação sexual, no sentido de conjunção carnal, durante os períodos repressivos, antes ou durante as ditaduras. Segundo Lilián Celiberti, houve um



silenciamento das formas específicas das violências sexuais na repressão no contexto da cultura política da esquerda nos anos setenta (2012, 13-23) .

Referências

Fontes

POR los presos políticos. **Marcha**. Montevidéo. 13 jun. 1969. Cartas de los lectores, p. 3.

IBAÑEZ, Roberto. La poesía de Sara de Ibañez. **Marcha**. Montevidéo. 01 jun. 1973. Nº 1645. p. 30.

AHARONIÁN, Coriún. Retrato de Violeta Parra por Ángel Parra. **Marcha**. Montevidéo. 23 jul. 1971. Nº 1553. p. 27.

LA protesta en la calle. **Marcha**. Montevidéo. 14 jun. 1968. Capa.

LA declaración de los industriales. **Marcha**. Montevidéo. 19 may. 1972. p. 6.

?JUICIO político o cacería de brujas? **Marcha**. Montevidéo. 15 jun. 1973. p. 9.

LIBERTAD para Beatriz Cardozo. **Marcha**. Montevidéo. 24 set. 1971. p. 5.

DISCURSO del senador Michelini. **Marcha**. Montevidéo. 30 jun. 1969. p. 9.

SCHILLING, Paulo. Julião, el voto universal y las torturas. **Marcha**. Montevidéo. 18 set. 1970. p. 22.

BERMEJO, Ernesto González. Brasil: una cámara de torturas. **Marcha**. Montevidéo. 09 jul. 1971. p. 16-17.

Referências bibliográficas

CELIBERTI, Lilián. Desatar, desnudar...reanudar. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Riso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 13-23.

COSTA, Claudia de Lima; MALUF, Sônia. Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8607.pdf>>. Acesso em: 03/05/2010.

DE LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 132-139.



GILMAN, C. **Colaboração para el diccionario enciclopédico de la literatura Latinoamericana**. Biblioteca Ayacucho, Caracas. Disponível em: <[http://www.periodicas.edu.uy/Libros%20sobre%20pp/Gilman_C_El_semanario_Marcha_\(1939-1974\)_Articulo_para_el_Diccionario_Enciclopedico_de_las_letras_de_America_Latina_\(DEL_AL\)_Fundacion_Biblioteca_Ayacucho_Caracas_Monte_Avila_editores_latinoamericanos_1995.pdf](http://www.periodicas.edu.uy/Libros%20sobre%20pp/Gilman_C_El_semanario_Marcha_(1939-1974)_Articulo_para_el_Diccionario_Enciclopedico_de_las_letras_de_America_Latina_(DEL_AL)_Fundacion_Biblioteca_Ayacucho_Caracas_Monte_Avila_editores_latinoamericanos_1995.pdf)>. Acesso em: 04/06/2013.

JELIN, Elizabeth. Dilemas del presente: los abusos sexuales como crímenes de lesa humanidad. **Crónicas de la utopía**. 2010. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/123453.pdf>>. Acesso em 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2009. 100p.

_____. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. **Em Aberto**. Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994, 53-59p. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/911/817>>. Acesso em: 15 de setembro de 2010.

PADRÓS, Henrique Serra. Uruguai: o Pachecato e a escalada autoritária no final dos anos 60. In: Simpósio Nacional De História. 26, 2011, 16p. São Paulo. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628025_ARQUIVO_TEXTOENRIQUESERRAPADROS.pdf>. Acesso em: 06/05/2013.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol.24, n.1, 77-98p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>> Acesso em: 27/10/2010.

SANSAVIERO, Rafael. Soldaditos de plomo y muñequitas de trapo: los silencios sobre el abuso sexual en la tortura después que la tortura fue un sistema de gobierno. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 53-70.

SITE FGV/CPDOC. **A trajetória política de João Goulart**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/francisco_juliao> Acesso em 03/07/2013.

SITE FRENTE AMPLIO. Disponível em: <<http://www.frenteamplo.org.uy/>>. Acesso em 03/07/2013.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**. Vol. 27, nº 54. 2007. 19-38p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a03v2754.pdf>>. Acesso em: 25/05/2012.